

**FUNDAÇÃO OSWALDO ARANHA  
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VOLTA REDONDA  
CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA - LICENCIATURA  
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

**ROBERTA MARIA MARTINS**

**POSSÍVEIS RELAÇÕES ENTRE A EDUCAÇÃO FÍSICA E A CURSO  
NORMAL**

**VOLTA REDONDA  
2018**

**FUNDAÇÃO OSWALDO ARANHA  
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VOLTA REDONDA  
CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA - LICENCIATURA  
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

**POSSÍVEIS RELAÇÕES ENTRE A EDUCAÇÃO FÍSICA E A CURSO  
NORMAL**

Artigo apresentado no Curso de Educação Física -  
Licenciatura como requisito à obtenção do título de  
Licenciada em Educação Física.

Aluna:

Roberta Maria Martins

Orientador:

Prof. Msc. Cássio Martins

**VOLTA REDONDA  
2018**

# FOLHA DE APROVAÇÃO

ROBERTA MARIA MARTINS

## POSSÍVEIS RELAÇÕES ENTRE A EDUCAÇÃO FÍSICA E A CURSO NORMAL

Orientador: Prof. Me. Cassio Martins

Banca Examinadora:

---

Prof.Me. Cassio Martins

---

Prof. Me. Paulo Celso Magalhaes

---

Prof. Me. Rosane Marques de Carvalho

## RESUMO

O currículo de Educação Física no Curso Normal oferece aos docentes e discentes, ferramentas pedagógicas para o desenvolvimento do processo formativo do indivíduo. Seus conteúdos asseguram o direito a aprendizagem e inibem a desigualdade entre escolas, pelo qual o indivíduo tem acesso ao mesmo padrão curricular. O presente estudo tem como objetivo identificar possíveis relações da Educação Física com o Curso Normal. Para tal, utilizou-se uma revisão bibliográfica de cunho qualitativo a partir dos conceitos de diversos autores a respeito do tema proposto. A partir de um olhar crítico, percebe-se que ainda há certa defasagem na formação dos estudantes do Curso Normal, o que pode representar a importância de ter um docente de Educação Física atuando principalmente nas séries iniciais da Educação Básica.

**Palavras-chave:** Educação física; curso normal; relações.

## **ABSTRACT**

The curriculum of Physical Education in the Normal Course offers teachers and students pedagogical tools for the development of the individual's formative process. Its contents ensure the right to learning and inhibit inequality between schools, through which the individual has access to the same curricular standard. The present study aims to identify possible relationships of Physical Education with the Normal Course. For this purpose, a qualitative bibliographical review was used based on the concepts of several authors regarding the proposed theme. From a critical view, it is noticed that there is still a certain gap in the training of students of the Normal Course, which may represent the importance of having a Physical Education teacher acting mainly in the initial series of Basic Education.

Palavras-chave: Physical education; normal course; relations

## SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	4
2.	UM BREVE CAMINHO PELA HISTÓRIA.....	4
3.	CURSO NORMAL E SUAS RELAÇÕES COM A EDUCAÇÃO FÍSICA.....	9
4.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	12
7.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	13

## **1 INTRODUÇÃO**

A Lei 9394/96 (BRASIL, 1996) estabelece a formação de educadores que atuam na Educação Básica, buscando ampliar o seu processo formativo. Com esse olhar, o Projeto de Lei 5395/09 (BRASIL, 2009) teve a proposta de filtrar a qualidade dos docentes que atuam na educação básica, tendo como uma das principais mudanças a exigência de cursos superiores, em licenciatura e graduação plena para professores de Ensino Fundamental I, desde o 1º ano de Ensino Fundamental. Desta forma, a partir dessa nova formulação da lei, coube aos de Cursos Normais a atuação apenas para a Educação Infantil.

Nesse sentido, o processo formativo em nível superior provoca mudança no Curso Normal, tendo o MEC como apoio, sugerindo aos professores para complementar a sua formação e poder continuar a atuar um Curso Normal Superior a distância. Esse projeto de complementação na formação foi criado pela Fundação Darcy Ribeiro e foi ministrado pela secretaria do Ensino a Distância e pelo MEC. Para esse fim, os professores passaram a ter uma ajuda do Estado e dos municípios, por intermédio de estímulos, facilitando o acesso e permanência dos professores, a partir do programa institucional de bolsa de iniciação à docência para os estudantes matriculados.

O presente estudo busca identificar possíveis relações da Educação Física com o Curso Normal. Para tal, utilizou-se uma revisão bibliográfica de cunho qualitativo a partir dos conceitos de diversos autores a respeito do tema proposto no sentido de perceber as particularidades do Curso Normal em um contexto histórico e, também, a preparação de seus alunos e futuros professores para o relacionamento com o universo da Educação Física.

## **2 UM BREVE CAMINHO PELA HISTÓRIA**

O contexto histórico da educação brasileira mostra que o período compreendido Brasil – Colônia foi marcada por três eventos, sendo eles: período predominante dos jesuítas, reformas do Marques de Pombal e o período da presença de D. João VI.

Observa-se que o período predominante dos Jesuítas foi criado com o objetivo de disseminar a Fé católica pelo mundo. Com a denominação de Companhia de Jesus, os padres eram subordinados e preparados para viver em locais inadequados, fora de seus costumes. A chegada dos jesuítas ao Brasil foi em 1549 e teve o objetivo de catequisar as populações indígenas do território colonial. Porém, o rei de Portugal D. José I, designou Sebastião José Carvalho e Melo (conde de Oleivas) em 1750 como futuro Marques de Pombal, ocupando o cargo de primeiro ministro. Nessa condição, uma de suas ações foi a expulsão dos Jesuítas do Brasil, objetivando tomar as propriedades da igreja e o controle político econômico nas regiões administrativas por onde os jesuítas encontravam. Por fim, o período de Presença D. João VI, que consiste na chegada da Família Real ao Brasil em 1808, promovendo mudanças como, por exemplo, a abertura dos portos brasileiros, assinatura de tratados comerciais com a Inglaterra e investimentos na área da educação (LOPES, 2013).

A educação, com os investimentos a ela concedidos, passa por transformações nas décadas posteriores até que em 1928 o Curso Normal ganha ênfase no Brasil por meio da Reforma do Ensino Normal do Rio de Janeiro, o Decreto 3281, que separa o ensino normal em primário e secundário, resultando na distinção entre Escola Normal Superior e Escola Normal Primária. Neste caso, a Escola Normal Superior era voltada para o ensino de professores de nível secundário (Faculdade) e a segunda, Normal Primária, ligada à preparação de professores do ensino Primário. Essa escola, lembra Gatti (2010), tinha a incumbência de formar professores para o ensino das "primeiras letras" e correspondiam à época ao nível secundário, hoje identificado como ensino médio.

As Escolas Normais preconizavam uma formação específica. (...) predominou nelas a preocupação com o domínio dos conhecimentos a serem transmitidos nas escolas de primeiras letras. (...) O que se pressupunha era que os professores deveriam ter o domínio daqueles conteúdos que lhes caberia transmitir às crianças, desconsiderando-se o preparo didático pedagógico (SAVIANI, 2009, p.144).

Com o avanço do ensino, ocorreu o surgimento do Manifesto Pioneiro, que foi um documento escrito por educadores em 1932 com o título "A Reconstrução Educacional no Brasil ao povo e governo", tendo como finalidade o oferecimento de uma política de

educação. O Documento foi elaborado em decorrência dos problemas identificados em relação à educação, tanto nos aspectos físico e social, além das suas características técnicas (LOPES, 2013).

A construção de uma memória sobre o significado renovador do trabalho dos Pioneiros da Educação Nova foi tarefa a que se dedicou Fernando de Azevedo, com o maior empenho, durante praticamente toda a sua vida. O movimento renovador está presente em vários “lugares de memória” (topográficos, monumentais, simbólicos e funcionais) (LOPES, 2013, p. 25).

A respeito de Fernando de Azevedo, mencionado acima, trata-se de um homem admirado pela sua cultura e que possuía um discurso político e pedagógico baseado na sua extrema preocupação com os problemas da educação em um período em que se fazia presente a sua pretensão em refletir sobre reformas voltadas para a cultura e o ensino e que objetivavam a formação de um novo cidadão e a consolidação da democracia. Assim, Fernando de Azevedo poderia ser visto como alguém que refletiu sobre problemas voltados para questões educacionais, tentando, com trabalhos teóricos, consolidar a legitimação da sua ação política (ALVES, 2010).

Em sua relação com a Educação Física, Fernando de Azevedo expõe em seus estudos que a educação esportiva não deveria ser atribuída às crianças, mas sim aos adolescentes que já possuíam um maior desenvolvimento do sistema muscular e maior resistência orgânica. Sobre a Educação Física, essa referência foi considerada fundamental para a organização de programas escolares, quando pensando na formação de professores, Fernando de Azevedo investe suas proposições no sentido de apresentar um engajamento e uma direção educativa e pedagógica ao esporte (LINHALES, 2009).

Retornando ao Manifesto Pioneiro, nota-se que a sua construção, além de abordar o “velho e o novo”, ele contribui para o pensamento em relação a um sistema educacional com propostas relacionadas ao direito de cada cidadão a uma educação integral. Nesse sentido, a formação de professores no Rio de Janeiro passou a ser oferecida pelo Instituto de Educação do Rio de Janeiro no período de Estado Novo (1937-1945). Ressalta-se que as Escolas de professores foram absorvidas pela Universidade do Distrito Federal (UDF) em 1932, e com a sua dissolução em 1939, diversos cursos passaram a fazer parte pela Universidade do Brasil (hoje conhecida como Universidade Federal do Rio de

Janeiro), sendo que a Formação de professores ficou a cargo dos Institutos de Educação (LOPES, 2013).

Os anos 1950 foram considerados como um momento mágico de nossa história, no tempo em que Juscelino Kubitschek era o presidente. Esse período foi chamado de “bossa nova” por um espírito otimista e democrático, marcado por avanços científicos, mudanças culturais e a transmissão de televisão como um meio de comunicação. Como meta na educação, o foco era a formação em cursos técnicos. Porém, Juscelino tinha como aliado no setor da Educação Clóvis Salgado, que criou as universidades de Brasília, o mesmo que incentivou a formação de cursos superiores de administração. E foi o tempo em que a Educação Básica teve o registro mais forte (TANURI, 2000).

Os anos 1970 caracterizou a continuidade do Golpe Civil Militar iniciado em 1964 sendo marcado pelas práticas sociais, econômicas e políticas. O governo militar transformou a forma de pensar e agir das pessoas, em uma educação dirigida aos trabalhadores em formação de mão de obra, ocupando lugares para trabalho em condições necessárias de formação de exército com um mínimo de formação profissional. Sobre esse período, Bertini Junior e Tassoni (2013) complementam com a afirmação de que por intermédio da educação física, o governo militar almejava o estabelecimento de um exército forte no sentido de desmobilizar segmentos opositores ao regime, utilizando para isso também a seleção brasileira de futebol que simbolizava solidificação de uma nação em evidente desenvolvimento, mesmo com um governo autoritário e ditatorial.

A década de 1980 figura como um marco sinalizando a demonstração de força do discurso pedagógico que legitimou a posição da Educação Física na esfera escolar. O êxito dessa condição foi auferido pela escola que, contrapondo-se ao discurso tradicional, investe numa perspectiva que em última análise, permitiu a validação da cultura corporal e da Educação Física para a cidadania (DARIDO, 2003). É quando transformações começam a ocorrer, iniciando um conjunto de debates que ficou conhecido como Movimento Renovador da Educação Física Brasileira, o qual apresentou grande aporte para a Educação Física (COLETIVO DE AUTORES, 2012). Esse Movimento apresentava

como um dos seus elementos a anexação de hipóteses balizadoras para a sua comprovação, fato que provocou reflexões acerca de suas práticas pedagógicas. Essas reflexões ocasionaram, diante das críticas aos modelos pedagógicos e didáticos característicos do treinamento desportivo que foram transferidos para o espaço escolar, uma crise de identidade na Educação Física no sentido de perceber pontos que até então não se faziam presentes em seu universo (CARLAN et al., 2012).

Porém meados dos anos 1990, a Lei que ampara o Curso Normal 9.394, de 20 dezembro de 1996 estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Promulgada pelo Congresso Nacional e Sancionada pelo Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso. Essa lei afirma que pais e professores reconheçam a importância da Educação Física no processo escolar, sendo estabelecidas ou não em aula prática.

Sobre a Lei 9.396/96, Bertini Junior e Tassoni (2013) percebem uma preocupação com a reorganização da Educação Física Escolar acerca de seu currículo, pensando-se nela de maneira integrada. Entretanto, pode-se perceber que nem todas as instituições educacionais reconhecem a sua importância. Diante desse quadro, a prática da Educação Física no ambiente escolar acaba muitas vezes colocada em segundo plano, sendo considerada apenas como um momento em que os alunos “rolam a bola”, não se reconhecendo o verdadeiro valor que existe em relação à mesma.

Ainda nos anos 1990, o Ministério da Educação e do Desporto (conforme denominação na época) elabora e lança os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) com o intuito de oferecer subsídios para a elaboração dos currículos e para a reflexão acerca da prática docente. A sua publicação deu-se a partir do movimento de reorientação iniciado com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96) e as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental, representando uma nova compreensão sobre o processo educativo que privilegiava as aprendizagens. Sobre a Educação Física, nota-se que os PCNs muito colaboraram para solidificar a sua prática educativa a partir da obrigatoriedade de acrescentá-la como componente curricular na proposta pedagógica das escolas (GRAMORELLI; NEIRA, 2009).

Nos PCNs estava inserido um documento próprio para a Educação Física no qual apresentava a cidadania como eixo norteador, onde significava que a Educação Física seria responsável, por intermédio das atividades corporais, pela formação dos alunos no que tange à atitudes de respeito, dignidade, solidariedade e valorização, entre outras. Ressalta-se que no documento ocorre uma valorização do exercício do pensamento crítico voltado, por exemplo, para discussões acerca de diferentes grupos sociais, da inclusão e a diversidade de padrões de beleza (DARIDO, 2003; GRAMORELLI; NEIRA, 2009).

A respeito da inclusão, se trata de um dos pressupostos que mereceram destaque para o ensino da Educação Física. Esse princípio está vinculado a um pensamento pedagógico voltado para a participação nas aulas por parte de todos os alunos, não considerando habilidades específicas e oportunizando a estes a inserção na cultura corporal e a construção de conhecimentos vinculados ao pensar e ao fazer (GRAMORELLI; NEIRA, 2009).

### **3 CURSO NORMAL E SUAS RELAÇÕES COM A EDUCAÇÃO FÍSICA**

O currículo<sup>1</sup> de Educação Física no Curso Normal oferece aos discentes, ferramentas pedagógicas para o desenvolvimento do processo formativo do indivíduo. Seus conteúdos asseguram o direito a aprendizagem e inibem a desigualdade entre escolas, pelo qual o indivíduo tem acesso ao mesmo padrão curricular. Assim sendo, consta na Lei nº 10.793, de 1º de dezembro de 2003 que:

Art. 26 – [...] § 3º A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da educação básica, sendo sua prática facultativa ao aluno: I – que cumpra jornada de trabalho igual ou superior a seis horas; II – maior de trinta anos de idade; III – que estiver prestando serviço militar inicial ou que, em situação similar, estiver obrigado à prática da educação física;

---

<sup>1</sup> Lopes e Macedo (2002, p. 28), afirmam “o currículo é assim uma forma de representação que se constitui como sistema de regulação moral e de controle. Tanto é produto das relações de poder e identidades sociais, quanto seu determinante”.

IV – amparado pelo Decreto-Lei no1.044, de 21 de outubro de 1969; V – (VETADO);VI – que tenha prole.

A Educação Física no Curso Normal é dividida por fases, sendo no 1ª ano ela é constituída e caracterizada por vivências do pré-escolar até 5º. Sendo assim, o professor utilizará em suas aulas o conhecimento por intermédio da prática. A 2ª fase dos últimos anos prioriza a instrumentação dos docentes, com foco nos aspectos teóricos, com a experimentação da prática, no sentido de compreender a inclusão na Educação Física escolar, buscando a progressão harmoniosa e saudável do corpo do docente, o curso tem como objetivo a parte técnica, prática e a teoria, buscando sempre o trabalho em grupo (LOPES, 2016).

Nesse viés, a Educação Física no Curso Normal enfatiza a linguagem corporal, atuando na construção do conhecimento e enfatizando a importância das brincadeiras com a intercessão do professor. Apresenta a relevância de desenvolver as vivências corporais, jogos lúdicos, psicomotricidade e o contexto social. A sua evolução nesse processo ocorre de forma articulada respeitando o momento de cada criança. Pensar na linguagem corporal no cotidiano da Educação Física possibilita a reflexão de que essa situação permite a descoberta e a criação de gestos por parte das crianças. Todavia, infelizmente uma aula de Educação Física em ambiente escolar é percebida, em diversas ocasiões, como um momento propício unicamente para o desenvolvimento de habilidades motoras específicas, desconsiderando o corpo na sua essência.

Com esse olhar, observa-se que a Educação Física deve ter o alvo de cuidar em quatro eixos fundamentais tais como: o desenvolvimento físico e motor, cognitivo, afetivo e social. Dessa forma, compete ao professor observar o desenvolvimento a partir de atividades específicas voltadas ao seu objetivo, com combinações de movimentos fundamentais. Nesse sentido, percebe-se a importância do desenvolvimento de práticas corporais que objetivem o crescimento global dos alunos, isso com a intenção de oportunizar a estes a interação com o meio em que estão inseridos. Infelizmente, nota-se que a partir das rotinas estabelecidas no ambiente escolar, essas ações são deixadas de lado pelos educadores (SEVERINO; PAIVA, 2014).

Os cursos de licenciatura em Educação Física objetivam a formação de profissionais com competência para atuar na educação básica, a saber, educação infantil (creche e pré-escola), ensino fundamental, ensino médio, ensino profissionalizante, educação de jovens e adultos e educação especial. Sua institucionalização e currículos vêm sendo postos em questão há tempos. Hoje, em função dos problemas enfrentados em relação à qualidade do ensino, cresce a preocupação com as licenciaturas e, evidentemente, a Educação Física mostra-se incluída, tanto quanto aos seus currículos como os conteúdos formativos (GATTI, 2010).

Múltiplos fatores convergem para isso: as políticas educacionais postas em ação, o financiamento da educação básica, aspectos das culturas nacional, regionais e locais, hábitos estruturados, a naturalização em nossa sociedade da situação crítica das aprendizagens efetivas de amplas camadas populares, as formas de estrutura e gestão das escolas, formação dos gestores, as condições sociais e de escolarização de pais e mães de alunos das camadas populacionais menos favorecidas (os "sem voz") e, também, a condição do professorado: sua formação inicial e continuada, os planos de carreira e salário dos docentes da educação básica, as condições de trabalho nas escolas (GATTI, 2010, p. 1359).

Dessa forma e considerando o contexto da formação de professores para as séries iniciais do ensino fundamental , seria possível o Curso Normal contemplar as necessidades de uma preparação profissional voltada para o ensino da Educação Física?

Sobre isso, Cristino e Krug (2008) observam que essa formação pode promover o desenvolvimento profissional do docente, principalmente quando em consonância com o oferecimento por parte da escola da autonomia para o cumprimento de ações pedagógicas. é importante observar a valorização de ações que contribuam para a formação de docentes reflexivos, promovendo assim a participação destes na realização de políticas educativas que venham a contribuir para o desenvolvimento global dos alunos. Amaral (2011, p. 104) complementa com a ideia de que a formação de professores é importante para a qualidade da educação e os cursos de formação "devem pautar-se referencialmente por recomendações pedagógicas, de modo que se encarreguem da preparação escolar formal e da constituição de cidadania".

A Educação Física tem justificado sua presença nas escolas pelo seu papel de oferecer respostas às necessidades culturais a respeito ao corpo inseridas em um processo humanista que possibilite a melhora da sociedade. Assim, a Educação Física

adquire seu significado por meio de estilos de ensino que levem em consideração a compreensão dos movimentos e não a aprendizagem mecânica destes (JÓRDAN; MADRON, 1999). Assim sendo, torna-se necessária a formação de professores capazes de compreender não somente as particularidades da cultura corporal, mas o atendimento às necessidades e anseios dos alunos por meio de ações pedagógicas que privilegiem a formação geral destes.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente estudo procurou entender a formação de professores, tendo a Educação Física no Curso Normal. Percebeu-se que a legislação influenciou este processo a partir de mudanças voltadas para propostas que se alinhavam a melhoria da qualidade da educação básica no Brasil.

O Curso Normal obteve uma alteração no qual os docentes só podem atuar na creche e na 1ª série do ensino fundamental I, portanto para continuar atuando no 2º do ensino fundamental em diante, terão que concluir o Curso Normal Superior obtendo mudanças na qualificação profissional, tornando o docente íntegro atingindo assim o objetivo com o foco em trabalhar de modo correto e lúdico, respeitando o tempo de aprendizagem de cada criança.

A partir de um olhar crítico, percebe-se que ainda há certa defasagem na formação dos estudantes do Curso Normal, o que pode representar a importância de ter um docente de Educação Física atuando nas séries iniciais da Educação Básica. Assim sendo, cabe ressaltar que a Educação Física envolve o educando na cultura corporal do movimento formando pessoas em reproduzir e transformar usufruindo de jogos, danças, ginásticas, lutas, e esportes para o benefício qualidade de vida.

#### **5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ALVES, C. E. R. Fernando de Azevedo e o esboço de uma teoria pedagógica para as condições da educação brasileira. *Educação em Revista*, Marília, v.11, n.1, p.37-52, Jan./Jun. 2010.

AMARAL, S. R. R. A formação de professores para a educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental: permanências e rupturas decorrentes das dinâmicas sociais e da legislação do magistério. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.43, p. 103-117, 2011.

BERTINI JUNIOR, N; TASSONI, E. C. M. A Educação Física, o docente e a escola: concepções e práticas pedagógicas. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v. 27, n. 3, p. 467-483, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação do Brasil. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: Lei nº. 9394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, DF: Ministério da Educação, 1996.

\_\_\_\_\_. Secretaria da Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais. Brasília: MEC/SEF, 1998.

\_\_\_\_\_. **Lei no 10.793, de 1º de dezembro de 2003**. Altera a redação do art. 26, § 3o, e do art. 92 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que "estabelece as diretrizes e bases da educação nacional", e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/2003/L10.793.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.793.htm)>. Acessado em 05 de outubro de 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação do Brasil. Projeto de Lei nº. 9394, de 20 de abril de 2009. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2009.

CARLAN, P. et al. O esporte como conteúdo da Educação Física escolar: estudo de caso de uma prática pedagógica "inovadora". **Movimento**, Porto Alegre, v. 18, n. 4, p. 55–75, 2012.

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do ensino da educação física**. São Paulo: Cortez, 2012.

CRISTINO, A. P. R.; KRUG, H. N. Um olhar crítico-reflexivo sobre a formação continuada de professores de educação física da Rede Municipal de Ensino de Santa Maria (RS). **Movimento**, Porto Alegre, v. 14, n. 01, p. 63-83, jan/abr. 2008.

DARIDO, S. C. **Educação Física na escola**: questões e reflexões. Araras, SP: Gráfica e Editora Topázio, 2003.

GATTI, B. A. Formação de professores no Brasil: características e problemas. **Educação & Sociedade**, v. 31, n. 113, out./dez., 2010, p. 1355-1379.

GRAMORELLI, L. C; NEIRA, M. G. Dez anos de parâmetros curriculares nacionais: a prática da Educação Física na visão dos seus autores. **Movimento**, Porto Alegre, v. 15, n. 4, p. 107-126, out/dez., 2009.

JÓRDAN, O. R. C; MADRON, P. G. Formação inicial do professor de educação física: estudo de caso da escola de magistério de Albacete, Espanha. *Revista Paulista de Educação Física*, São Paulo, v. 13, n. 1, 1999.

LINHALES, M. A. **A escola e o esporte**: uma história de práticas culturais. São Paulo: Cortez, 2009. 272 p.

LOPES, S. C. Formação de professores no Rio de Janeiro durante o Estado Novo. **Cadernos de Pesquisa**, v. 39, n. 137, p. 597-619, 2013.

\_\_\_\_\_. **Os notáveis do Instituto de Educação**: professores catedráticos do curso Normal nos anos 1950-60. *Educação em Foco*, v. 21, n. 2, p. 423-446, 2016.

SAVIANI, D. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. **Rev. Bras. Educ.**, v. 14, n. 40, p. 143-155, 2009.

SEVERINO, C. D; PAIVA, T. A. S. Educação física no contexto da creche: conceitos e perspectivas. **Anthesis: Revista de Letras e Educação da Amazônia Sul-Ocidental**, ano 3, n. 5, p. 52-66, 2014.

TANURI, L. M. História da Formação de Professores. **Revista Brasileira de Educação. Universidade Estadual de São Paulo**. São Paulo, mai/jun/ago, nº 14, 2000.